

DIÁLOGO ISSN (2238-9024)

<http://www.revistas.unilsalle.edu.br/index.php/Dialogo>

Canoas, n.32, ago. 2016

 <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.16.35>

Submetido em: 14/09/2015

Aceito em: 15/06/2016

Em defesa dos diálogos entre gerações para a Sustentabilidade

Isabel Georgina Patronis Dominguez ¹

Resumo: Este artigo é um extrato da pesquisa na área da Educação Ambiental Crítica, que propõe uma reflexão sobre a importância das relações coeducativas entre gerações para sociedades sustentáveis. A investigação envolveu pessoas entre 8 e 70 anos, no âmbito de uma Unidade de Saúde da Família, com o uso de metodologias participativas, o que resultou na identificação de elementos que podem influenciar a qualidade dessas relações, oferecendo contribuições para novas práticas coeducativas, além de, eventualmente, estimular novos estudos e interações dialógicas, levando em conta a relevância temática da intergeracionalidade e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Diálogo; Intergeracionalidade; Educação Ambiental; Comunidade Aprendente; Sustentabilidade.

In defense of a better dialogue between generations to form sustainable societies

Abstract: This article is a synopsis about an investigation in the context of critical environmental education, which proposes reflection about the importance of inter-generational educational relations in order to foster sustainable societies. Participants of the investigations had between eight and seventy years, the educational interactions took place in a public health care center, applying participatory methodology. This way it was possible to identify elements which would be able to influence the quality of these relations, contributing new types of socio-environmental inter-generational educative practices and stimulate new investigations and dialogical interactions taking into account the topics of inter-generationality and sustainability.

Keywords: Intergenerational Dialogue; Environmental Education; Learning Community; Sustainability.

¹ Graduação em Pedagogia, Especialização em Educação Ambiental pelo Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (CRHEA/USP). Atua como orientadora pedagógica e é a responsável pelas publicações na Universidade Tecnológica La Salle (ULSA) em León, Nicaragua. E-mail: isabel.dominguez@ulsa.edu.ni

Primeiras palavras

A pesquisa foi apresentada para a conclusão do curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, pela USP – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, SP, Brasil (CRHEA/USP), orientada pela professora Dra. Haydée Torres de Oliveira e pelo prof. Dr. Amadeu Logarezzi, ambos da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, em 2013.

O propósito dessa pesquisa é o de contribuir para os estudos que visem a qualificar as práticas educativas socioambientais populares e multi-interdisciplinares, principalmente no ensino fundamental e médio, ao procurar subsidiá-las. Além disso, objetiva animar novos encontros e processos dialógicos entre gerações, dentro e fora das escolas sobre e para a sustentabilidade, fornecendo elementos que possam se desdobrar em novas pesquisas acadêmicas, levando-se em conta a relevância temática, como também a carência de produção acadêmica em matéria de intergeracionalidade, ainda mais se o recorte for para a sustentabilidade.

A investigação contou com a co-participação de 60 pessoas, entre 20 e 70 anos de idade, no total de trinta interações educativas. Contudo, a quantidade de pessoas em cada uma delas variou de acordo com os objetivos e características dessas atividades, além da vontade, interesse e disponibilidade de cada uma. A presença multidisciplinar pode ser reconhecida nas seguintes categorias das/os² envolvidas/os: pessoas de duas equipes multidisciplinares da Unidade de Saúde da Família (USF), localizada no jardim Jockey Clube, em São Carlos – SP, moradores do bairro local, um pequeno grupo de alunas de Graduação em Gerontologia e alunas do programa de residência multiprofissional desenvolvido naquela USF, ambos da UFSCar, além de uma orientadora e um orientador. As interações educativas foram realizadas na USF Jockey Clube, em sua maioria.

O percurso ao longo da pesquisa em Educação Ambiental (EA) acolheu a diferença de idades em defesa da importância da coeducação entre as gerações para sociedades mais sustentáveis, cujo processo esteve ancorado nos anseios por outro mundo provável, resultante de conquistas coletivas pela democracia participativa e de justiça socioambiental, asseguradas fundamentalmente por mecanismos legítimos de controle social.

²A linguagem inclusiva de gênero foi adotada coerentemente à proposta freiriana para o tema, o que não significa que a use exaustivamente ao longo do texto, para não cansar a/o leitor/a.

É importante esclarecer, ainda, que as expressões “uma nova humanidade possível” e “outro mundo provável” são desdobramentos a partir de reflexões e conexões feitas para o primeiro slogan “Outro Mundo é Possível”, do Fórum Social Mundial (FSM)³, cujos eventos são organizados por movimentos sociais de todos os continentes em edições anuais desde 2001, com o objetivo de repensar e propor alternativas para as políticas econômicas neoliberais e para a transformação social global, em contraponto aos Fóruns Econômicos Mundiais.

Os pressupostos da Pesquisa e as inquietudes que ainda sobram

Inicialmente, foi difícil escrever os objetivos para o foco da investigação, o qual envolveu três conceitos amplos e imbricados. Haveria elementos indicadores de que os diálogos intergeracionais poderiam, de alguma maneira, influenciar e contribuir para a Sustentabilidade? Somente a caminhada com a práxis facilitou entender algo a respeito da complexidade existente nas idéias de diálogos, intergeracionalidade e sustentabilidade. Posteriormente, as expressões foram adequadas em dois grandes Pressupostos da Pesquisa: (1) os diálogos e a intergeracionalidade para uma nova humanidade possível; e (2) a sustentabilidade para outro mundo, então, provável.

Por outro lado, sobraram perguntas a serem exploradas em outros estudos, as quais estão expostas a seguir.

Porque os encontros entre gerações enquanto campos férteis de experiências de aprendizagem, tão bem afirmados pelo autor J. Ferrigno (2003), não acontecem com mais frequência dentro da própria escola? Afinal, ali circulam regularmente pessoas de muitas idades – docentes e alunas/os, a equipe administrativa, os familiares que levam e trazem suas crianças ou vão para as reuniões de pais ou, ainda, para os inúmeros eventos, entre os familiares, inclusive avós e bisavós.

A partir dos estudos de P. Freire (2011) e J. Ferrigno (2003), é possível afirmar que tanto a relação dialógica é potencialmente educativa, quanto é possível a coeducação entre gerações. Então, quais são as condições necessárias e as determinantes para que o diálogo aconteça de fato? Que variáveis podem influenciar e comprometer esse diálogo?

³El Foro Social Mundial: que es y como se hace Acesso em: junho de 2016.

É certo que a convivência humana é resultante e implica coexistência, mas o inverso não necessariamente ocorre. Convivência quer dizer algo mais do que coexistência. No entanto, a coexistência já seria suficiente para um processo dialógico coeducativo ou haveria elementos condicionantes?

É possível desconstruir a ideia de que a Educação Ambiental deva ser feita prioritariamente com as crianças, para poder contemplar as demais gerações no processo educativo? Não seriam os próprios diálogos intergeracionais os desmistificadores dessa pobre ideia, mas infelizmente arraigada inclusive na cabeça de muitas/os professoras/es?

Creio que seja necessário um investimento na qualidade das interações humanas como potencial transformador para viabilizar a utopia de outro mundo possível. Desse modo, será que a percepção, o interesse e as opiniões sobre o meio ambiente de cada geração variam muito? Por exemplo, o que será que cada uma delas entende por ambiente saudável, qualidade de vida e sustentabilidade? Os compromissos assumidos de forma intergeracional podem ter maiores chances de serem cumpridos? O que, afinal, uma geração realmente pode aprender com a outra?

Terminando aqui a lista de indagações passíveis de novas investigações, é preciso dizer que, a partir do trabalho realizado, assegurar maior qualidade nas interações educativas entre gerações implica caminhar no ambiente de uma EA popular, crítica, dialógica, emancipatória (ou libertária), com maior possibilidade de resistência a toda e qualquer forma de opressão, para que as ideias de uma nova humanidade e um novo mundo consigam prosperar.

No Brasil, a EA “se constituiu como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política a partir das décadas de 70 e, sobretudo, de 80 do século passado”, segundo Costa Lima (2009, p. 147). Como pesquisador nas áreas de sociologia ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e movimentos sociais, na Universidade Federal da Paraíba, ele afirma que a EA “já nasceu como um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais”. Autores como Paulo Freire (em memória), Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão (referenciados na pesquisa e neste artigo), entre outros, fazem reflexões pedagógicas críticas e políticas que chegaram à EA brasileira por meio da Educação Popular para combater o

tradicionalismo dos projetos educativos dominantes, conforme afirma o pesquisador. Citando Gadotti e Torres (1994), nos ajuda a compreender que

“a educação popular congregou e articulou diversas tradições político-ideológicas e pedagógicas, de alguma maneira convergentes, que incluem o marxismo e as pedagogias críticas, a teologia da libertação, a teoria da dependência, os movimentos sociais, as ONGs e os partidos políticos comprometidos com as lutas de resistência e emancipação das populações desfavorecidas e oprimidas”. (COSTA LIMA, 2009, p. 148)

Para Freire (2002, p. 47), é “a resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo”. E esse amplo sentido freiriano de resistência e de rebeldia revolucionária ou anunciadora para a transição social só nos mostra um horizonte de caminhos e obstáculos pela frente para nossa re-humanização.

Por exemplo, para o exercício cotidiano (consciente ou não) do comportamento “não penso, logo consumo”, pode-se começar com gestos simples de contraponto aos apelos midiáticos, dizendo “redondos NÃOOS” a todo e qualquer momento em que essa pobre filosofia de vida vier bater a nossa porta como sinônimo de felicidade, porque afinal de contas, nós somos seres pensantes, mesmo sendo bastante difícil a tarefa de ser vigilante consigo própria/o, já que esses momentos têm sido cada vez mais frequentes, muito assustadoramente por meio do marketing contemporâneo de consumo, que transforma todo ato de comprar em um verdadeiro “culto”.

Torna-se essencial envolver-se com iniciativas que privilegiem o coletivo, em exemplos de vivência cidadã, democrática, participativa, que podem ser educativas, prazerosas e transformadoras. Para Brandão (2005), o trabalho pode ser ainda mais fecundo quando, em uma comunidade aprendente, por exemplo, “todos tem algo a ouvir e algo a dizer. Algo a aprender e algo a ensinar. Lugares de trocas e de reciprocidades de saberes, mas também de vidas e de afetos”. (BRANDÃO, 2005, p. 88).

Os diálogos entre gerações como potência de ação a ser redescoberta

Os diálogos intergeracionais tornam-se um largo espectro de possibilidades com os saberes freirianos e as potencialidades de coeducação entre pessoas de todas as idades, defendido pelo Professor J. Ferrigno (2003). Mas entender esse entrelaçamento não é algo simples, ainda mais sob a perspectiva dialógica freiriana, independentemente

se intra ou entre gerações, quando o conceito de diálogo se apresenta como sinônimo de conversa ou bate papo, que o reduz a quase nada.

O processo dialógico freiriano, ao contrário, deve provocar transformação interna do entorno e da sociedade. Pressupõe atitude de respeito e aceitação das diferenças para que seja possível estabelecer relações de reciprocidade. Ele ocorre quando nos faz refletir e deixa algo dentro de nós, modificando nossas maneiras de pensar, corroborando ou refutando nossos princípios, valores, enfim, quando saímos diferentes. Nas palavras de Leonardo Boff, que abrem o prefácio do livro de Paulo Freire *Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido*, “toda a pedagogia de Paulo Freire é uma permanente dialogação das pessoas entre si e de todas com a realidade circundante em vista de sua transformação” (FREIRE, 2011, p. 9).

Ademais, os saberes freirianos nos desafiam a olhar para as coisas de um modo diferente, implica a dinâmica de olhar para o todo, para as partes, para o todo e para as partes novamente, e assim por diante, dialeticamente. Ou seja, sempre com a presença do contraditório ;com a argumentação, com a confrontação, com a ponderação, no uso da razão, quer seja buscando uma conciliação e/ou o surgimento de novas ideias.

O trajeto investigativo exigiu, ainda, pequenas viagens em duas outras áreas, a filosófica e a sociológica, para entender algo a respeito das subjetividades e das intersubjetividades implícitas em toda relação humana ou relação intersubjetiva, pois são condicionantes de suas potencialidades, afetando indiscutivelmente nossas relações pessoais e a qualidade das mesmas.

No campo sociológico, por exemplo, Dulce Whitaker (2007) faz um triste alerta para o fato de que a velhice “corre o risco de se transformar em estorvo”, em países cujas culturas supervalorizam a juventude, como é o caso, também, do Brasil. (WHITAKER, 2007, p. 51). Fala, também, sobre a perda de poder do idoso a partir de sua própria experiência, já tendo ultrapassado os 70 anos.

Whitaker se expressa com uma combinação de humor sofisticado e inteligência cativante, e de um jeito simples a respeito de assuntos muito complexos. Ele dá a entender que escreve como fala, com lucidez e clareza, leveza e sabedoria. E enfatiza essa combinação que deve resultar num jeito peculiar de falar e de escrever, porque não sei se isso seria possível na juventude ou mesmo antes do início da vida madura. Seria algo raro. Acho que, para certos aspectos de nossa personalidade, as fronteiras marcadas

pela idade cronológica devem ser mais flexíveis, além de dependerem de um arranjo imbricado da idade com características de nossas subjetividades, resultando no que se chama de maturidade.

A socióloga contribui para desestigmatizar a velhice porque, afinal, não é verdade que uma pessoa idosa queira ficar em casa pelo fato ser idosa. São os espaços urbanos que não estão planejados para acolher a velhice. E ela aproveita para dar sugestões para melhorar as condições dos idosos nesses espaços, tirando os véus e dando as boas vindas a esses novos atores sociais do século XXI.

Para o cenário de diálogos entre gerações como potência de ação a ser redescoberta, ainda é pertinente apresentar uma experiência pessoal entre 2005 e 2008, com a implementação da proposta dos Coletivos Educadores, contida no Programa de Formação de Educadoras/es Ambientais (ProFEA) do Ministério do Meio Ambiente, cujos resultados estão presentes na publicação dos três Cadernos do CESCAR – São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, dos quais sou co-organizadora (CESCAR, 2005-2011).

As experiências com os Coletivos Educadores demonstram que a EA com o público jovem e adulto possui grande potencial quando se enfrentam ideias equivocadas, como: “jovens não têm interesse”, “adultos não possuem tempo” ou “idosos não aprendem mais”. Os resultados anunciam que é possível viabilizar a utopia de outro mundo, desde que se busquem espaços mais adequados e abordagens significativas. (OLIVEIRA, p. 107).

Contudo, sobre o papel intergeracional, para mim ficou mais claro que a experiência dialógica intergeracional deve ir além da natural presença dos públicos de diferentes idades em um dado projeto. Para o ProFEA, talvez permaneça o desafio de fazer uma conexão explícita com o temário da intergeracionalidade e evidenciar esse importante entrelaçamento, potencializando mais e mais as ações socioambientais propostas, ainda que, para a formação de coletivos educadores, já esteja incluída a dimensão intergeracional.

A evidência das diferentes gerações – infância, adolescência, geração adulta, meia idade e idosa – em espaços coletivos fundamentados na coeducação pode fazer a diferença no diálogo se for possível incorporar esse aspecto, dando uma atenção mais adequada e pertinente nos momentos dialógicos (no aqui-agora). A ideia, então, seria a

de destacar e aclarar a presença conjunta das diversas gerações, de modos respeitosos e criativos, mas, sobretudo, intencionalmente proativos, para agregar valor a esses “encontros”. Uma alternativa seria, por exemplo, a aplicação de dinâmicas que facilitem convidar as/os presentes a refletir, desmistificar preconceitos e quebrar chavões para superar comportamentos estigmatizados que, na verdade, são bastante frequentes em nossos cotidianos.

À luz da pesquisa, é possível afirmar que esses preconceitos estão presentes em todas as gerações, embora, na maioria das vezes, de forma muito sutil ou despercebida. Logo, explicitar a importância das ações intergeracionais deve acrescentar elementos para ampliar o entendimento de expressões, como a de que “é preciso cuidar do meio ambiente para as presentes e futuras gerações”, podendo fazer mais sentido para quem participa ao promover uma aprendizagem significativa na “incorporação” da urgência e da necessidade da “textura intergeracional” nas redes de cuidado de nossa casa comum planetária a serem construídas ou fortalecidas. Nesse sentido, Hupffer (2011) corrobora a potência de ação que pode emergir da evidência do potencial dialógico intergeracional:

um diálogo solidário sobre o meio ambiente acontece quando deixou algo dentro do ser humano. Para (o filósofo) Gadamer, o diálogo com a tradição “possui uma força transformadora”. Só pelo diálogo a humanidade realiza o encontro eu-tu para construir aquela espécie de comunicação que poderá dar um sentido profundo ao princípio responsabilidade intergeracional, ou seja, em deixar um ambiente ecologicamente equilibrado e uma sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. (HUPFFER, 2011, p.118).

Sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável: Porque pode e não pode ser a mesma coisa

Para o segundo eixo da pesquisa, a sustentabilidade para outro mundo provável, foi precisa uma diferenciação entre as expressões Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de ampliar a denúncia do modelo de crescimento econômico ilimitado com base na exploração humana, animal e ambiental, ao mesmo tempo em que se anunciavam alternativas no âmbito do conceito de sustentabilidade.

A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (DS) não é defendida no trabalho de pesquisa, porque, no limite, concordando com Moacir Gadotti (2012) e, de certo modo, radicalizando, tais propostas são distintas. Todavia, no meu modo de entendê-las na prática, devem existir muitos “meios termos” em contraponto a esse radicalismo para garantir a sobrevivência humana em caminhos bastante difíceis e

complexos, porque é necessário considerar o amplo contexto de transição e de duração imensurável dessa transição para a uma nova humanidade e para outro mundo possível.

Sendo assim, só há um amplo espectro de possibilidades entre o capitalismo e outros modelos socioeconômicos, as quais precisam ser praticadas como experimentos no âmbito de uma possível nova ordem planetária, decerto uma nova ordem social, incluindo sua dimensão “eco-nômica”. Pode-se encontrar muitos subsídios, princípios e linhas de ação para esse intento na Carta Encíclica *Laudato Si*⁴, de Papa Francisco, sobre o cuidado de nossa casa comum.

Na atualidade, é possível apontar a existência de inúmeras iniciativas muito interessantes dentro das propostas de economia solidaria, do comércio justo ou do consumo colaborativo e mesmo da economia criativa, essa última mais recentemente, que se aproximam muito mais da sustentabilidade que do DS. Todavia, deve demorar bastante tempo para que uma postura franca a caminho de sociedades sustentáveis sobreviva às múltiplas posturas cruelmente disfarçadas de desenvolvimento sustentável.

Do mesmo modo que a educação não é neutra, tampouco há neutralidade nos conceitos sustentabilidade ou DS, Gadotti (2012) aponta que os jogos de interesses políticos e, sobretudo, econômicos determinam o conjunto de saberes e fazeres do DS, distorcendo aspectos da realidade para manter sua hegemonia e influenciando as práticas que reproduzem esses jogos. Os modos dessa reprodução poderiam ser desavisados ou ingênuos, mas nunca neutros. O autor revisita dois outros estudiosos, Pérez & Pozo, os quais afirmam que a expressão desenvolvimento sustentável converteu-se afinal:

num tipo de instrumento multiuso que colocou em contato ambientalistas e imobiliárias, empresários e conservacionistas, políticos e gestores, sem que pelo simples fato do uso comum do termo nada se tenha feito; muito pelo contrário, com a confusão gerada, quem mais ganhou têm sido os defensores do neoliberalismo, pois o termo desenvolvimento pode significar qualquer coisa dependendo de como se olhe e com que finalidades se empregue. Diante de uma dócil aparência de neutralidade semântica, podemos ver como seu uso polissêmico permite acepções diametralmente opostas”. (GADOTTI, 2012, p. 47-48).

Entretendo-me um pouco com as palavras, no âmbito do DS é possível dizer, então, que se trata de um processo globalizador de “des-envolvimento” para aquelas pessoas cuja ideia do neoliberalismo é sustentada como o modelo econômico mais

⁴ Carta Encíclica *Laudato Si*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em junho de 2016.

viável para o mundo, inclusive, para vários analistas financeiros e políticos, ele é o único modelo que deu e continua dando certo.

Todavia, nesse caso, o DS promove o “des-envolvimento” ao confundir, enganar e a deixar de “envolver” concretamente. Ao longo do tempo, foi desiludindo e desanimando as pessoas de boa fé que atuam em projetos ambientais locais, porque os desafios são enormes e demandam muito tempo, permanecendo para além das iniciativas pontuais. Os caminhos são árduos e o processo necessariamente coletivo – caminhante – fraterno, forjado com o espírito participativo e colaborativo, e com as relações sociais que devem durar, bem ao contrário da ideologia neoliberal, engendrada no valor monetário, no culto ao consumo, no descartável, na superficialidade das relações, na supervalorização do indivíduo, na meritocracia, ou seja, na política de competição e premiação individual pelos próprios esforços.

Mas, então, o que é sustentabilidade? *É tudo*, disse uma das coparticipantes da pesquisa, de um jeito persuasivo, com os olhos brilhantes e uma expressão facial e corporal que fizeram a palavra *tudo* conter tudo mesmo: tudo de bom para si, para nós que estávamos numa pequena sala naquele momento, para a humanidade e para o Planeta.

A palavra sustentabilidade é, de fato, complexa, e se refere a um conjunto de aspectos das dimensões ambiental, social, política, cultural e econômica, cujos pilares são indispensáveis à permanência ou durabilidade de algo, como, por exemplo, a de um dado local. Mais do que isso, esses intrincados pilares de sustentação devem ser vistos juntos em suas relações, de maneira como a uma tão grande trama, quanto entrelaçada, é a própria teia gigante que sustenta a Vida no Planeta Terra. Não é possível separá-los.

A Sustentabilidade é, na melhor das hipóteses, em pleno século XXI, uma metáfora; um importante mosaico de conceitos que, por vezes, são quase incompreensíveis para nós, simples mortais, que vivemos à margem dos saberes de campos científicos, como o econômico, o filosófico, o sociológico e a psicologia social, cujos estudos podem ser tão aprofundados quanto complicados de entender.

Para Leonardo Boff (2012),

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua

capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução. (...) A sustentabilidade se mede pela capacidade de conservar o capital natural, permitir que se refaça e ainda, através do gênio humano, possa ser enriquecido para as futuras gerações. (BOFF, 2012).

Já o texto apresentado no Quadro I não é de ninguém, ou melhor, é de autoria coletiva, de participantes da pesquisa com idades entre 20 e 50 anos. Reúne alguns dos importantes aspectos da Sustentabilidade de uma forma bem simples, e procura “explicar” o que pode ser sustentabilidade. O texto foi desenvolvido a partir da utilização de uma dinâmica de grupo feita com as seguintes palavras-chave relacionadas ao conceito de sustentabilidade: *meio ambiente, saúde, cuidado, consumo e participação comunitária*. A mim coube o papel de “costurar”, dando forma e sentido sequencial ao múltiplo ao diverso conjunto de manifestações para cada uma das palavras-chave. Eu me sinto somente uma co-autora agradecida pela oportunidade oferecida pelas demais colaboradoras e, particularmente, o considero um importante resultado da pesquisa.

Ainda no bojo das expressões Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, se encontram dois outros grandes e imbricados temas: os efeitos da globalização e o papel da mídia e dos meios de comunicação de massa. Essa complexidade exigiu estudar mais a respeito do conceito de globalização, ou melhor, de planetarização, tal como apresentada por Gadotti (2012).

A realidade da globalização faz toda a diferença no modo de ser e do fazer humano, no modo de estar e de se relacionar, de pensar e, com distinção, no modo de fazer ciência, numa estrita interdependência das dimensões econômica, política, social, cultural, ambiental e espiritual. Porém, coincidindo com vários especialistas na área socioeconômica, o que verdadeiramente está globalizada é a economia que condiciona as relações de poder estabelecidas entre estados e nações. Em outras palavras, o processo de globalização atual tem total relação com a manutenção do distanciamento dos povos – ideia contrária a de aproximação –, com um impedimento intencional de sua autonomia, de acordo com os interesses econômicos globalizados.

Tenho observado que a expressão “global” vem sendo paulatinamente substituída ou revezada com a expressão “planetária”, nas narrativas de jornalistas, autoridades políticas progressistas e estudiosos, nas Redes TeleSur de TV e RT em espanhol, porque realmente podem significar coisas diferentes.

Gadotti (2012) faz uma distinção esclarecedora diante da profusão conceitual e confusão semântica, afirmando que se pode “distinguir uma globalização competitiva de uma possível globalização cooperativa e solidária que, em outros momentos, chamamos de processo de planetarização”. Segundo o autor,

a noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamento que demonstram uma nova percepção da terra como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia (GADOTTI, 2012, p. 30).

Nessa perspectiva, não é possível deixar de lado a influência e o poder da mídia, o “quarto poder”, que atualmente compete com os outros três poderes instituídos em uma sociedade: os poderes legislativo, executivo e judiciário. Compete ofensivamente e muitas vezes ganha, em nível mundial. Referindo-me aos grandes monopólios midiáticos, este poder é velado, geralmente pautado por interesses econômicos das mais variadas empresas nacionais, estrangeiras e dos bancos; um poder inescrupuloso, responsável pela mercantilização, alienação, pela globalização da indiferença com a espetacularização e a banalização de praticamente todas as esferas da realidade. O especialista em ciências humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Francisco Fernandes Ladeira, no jornal de debates do Observatório de Imprensa, afirma que “sob o prisma da sociedade de consumo, as necessidades humanas, desde as mais básicas às mais complexas, tornam-se passíveis de se transformar em fonte de lucro” (LADEIRA, 2015, edição 854).

Nesse sentido, mais que discutir a importância dos meios de comunicação de massa à luz da “sustentabilidade para uma nova humanidade possível e um novo mundo provável”, é preciso perceber uma enorme “frente de batalha” ao longo do tempo para fazer valer, de fato, o quinto poder: o do povo organizado.

Uma “nova comunicação”, além de possível, se faz necessária e urgente se quisermos seguir adiante para sair coletivamente de uma crônica enfermidade provocada pelo vírus da “globalização da indiferença”, causada principalmente por interesses econômicos espúrios. Felizmente, já temos bons exemplos de uso de novas mídias, e é visível o crescimento diário do interesse popular para participar dessa “comunicação alternativa”, com o uso das novas tecnologias de comunicação e de

informação, com a ajuda das redes sociais, para replicar e massificar informação de qualidade. Mas isso tudo ainda é pouco.

Só um quarto poder nas mãos do quinto poder, poderia frear a humanidade na avançada rota de colisão com a própria bestialidade, em um novo contexto de planetarização da cidadania, para ser possível a desalienação e a re-humanização, saindo pouco a pouco de nossas zonas de conforto e abandonando os pequenos ou grandes discursos. Talvez, com o passar do tempo, esses passos possam nos fazer reintegrar verdadeiramente como seres “irmãos de todos os seres vivos” sem mais precisar de campanhas, como, por exemplo, de respeito à vida animal.

No Brasil, não é mais possível que permaneçamos como reféns dos interesses corporativos desses monopólios de recepção, produção e difusão de informação; meia dúzia de empresas com veiculação nas principais mídias, como jornais, rádios e TV, que detêm esse poder e que, impreterivelmente, precisaria de instrumentos legais, tanto para o povo poder fazer a crítica, quanto para pressionar democraticamente até mesmo os próprios veículos de comunicação, além das instâncias governamentais, para que cumpram com legitimidade e ética as suas funções.

É necessário destacar que a regulamentação da mídia no país é um assunto mais que atual em um cenário muito complicado de interesses. Tal regulamentação causaria a revisão das concessões outorgadas a esses monopólios, e se espera, desde a constituição de 1988, os mecanismos próprios e novas leis regulatórias. Apesar disso, parece que andamos muito preguiçosos ou, ironicamente, que até seria mais simples ou mais rápido fazermos uma nova constituição, como defendem algumas vozes do pensamento político, do que mexer com espécies de vespeiros de marimbondos incrustados nas árvores do Poder vigente.

Por outro lado, os conceitos de Saúde Ambiental e de Justiça Ambiental, como direitos estabelecidos na Constituição de 1988, também aparecem na monografia da pesquisa, para o entendimento da sustentabilidade, além de aspectos intencionalmente entretecidos da Biotecnologia e da Bioética, num ensaio de contraponto ao fato de que a ciência especializada que veio primeiro (a biotecnologia) tem provocado (sozinha) grandes polêmicas, cometendo abusos ilegais com experimentos em animais.

A narrativa ainda alude às dimensões do tempo e da espiritualidade, no bojo dos braços para a Sustentabilidade e no adequado tratamento das questões ligadas à proposta

de diálogos entre gerações. Todavia, seria demasiado extenso desenvolver esses aspectos aqui.

Finalmente, para o que *não* é sustentabilidade, o artigo de Oded Grajew (2013) é suficientemente esclarecedor e exemplifica, de maneira simples, o que é e o que não é Sustentabilidade, fazendo inteligentemente referência a todos os seus pilares: ambiental, social, político, cultural, além do econômico:

A sustentabilidade e a insustentabilidade se tornam claras quando traduzidas em situações práticas. Esgotar recursos naturais não é sustentável. Reciclar e evitar desperdícios é sustentável. Corrupção é insustentável. Ética é sustentável. Violência é insustentável. Paz é sustentável. Desigualdade é insustentável. Justiça social é sustentável. Baixos indicadores educacionais são insustentáveis. Educação de qualidade para todos é sustentável. Ditadura e autoritarismo são insustentáveis. Democracia é sustentável. Trabalho escravo e desemprego são insustentáveis. Trabalho decente para todos é sustentável. Poluição é insustentável. Ar e águas limpos são sustentáveis. Encher as cidades de carros é insustentável. Transporte coletivo e de bicicletas é sustentável. Solidariedade é sustentável. Individualismo é insustentável. Cidade comandada pela especulação imobiliária é insustentável. Cidade planejada para que cada habitante tenha moradia digna, trabalho, serviços e equipamentos públicos por perto é sustentável. Sociedade que maltrata crianças, idosos e deficientes não é sustentável. Sociedade que cuida de todos é sustentável. (GRAJEW, 2013)

Quero evidenciar, por fim, a presença dos princípios do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*⁵ no conjunto da narrativa da pesquisa, propondo “dialogar” com seus resultados, embora esse importante documento não devesse faltar como referencial teórico nas pesquisas da EA crítica, tanto pela relevância de um “Tratado” planetário, há cerca de vinte anos apoiando ações educativas, inspirando a criação de ONGs e redes de EA, quanto subsidiando as políticas públicas em nível nacional, bem como de vários estados e municípios.

No contexto deste artigo, o Tratado de EA é ainda mais importante como referencial teórico específico para a facetada intergeracionalidade pelo fato de ter sido construído de modo participativo e coletivo ao longo de um ano de trabalho internacional, que contou com a participação de educadoras/es, de adultos, jovens e crianças de oito regiões do mundo, e foi publicado, inicialmente, em cinco idiomas. Portanto, esse documento internacional é mais do que oportuno exemplo de processo dialógico e resultado intergeracional.

⁵ O Tratado de EA em sua versão em português se encontra disponível no sítio do Ministério do Meio Ambiente: [Tratado de Educação Ambiental](#) Acesso em junho de 2016.

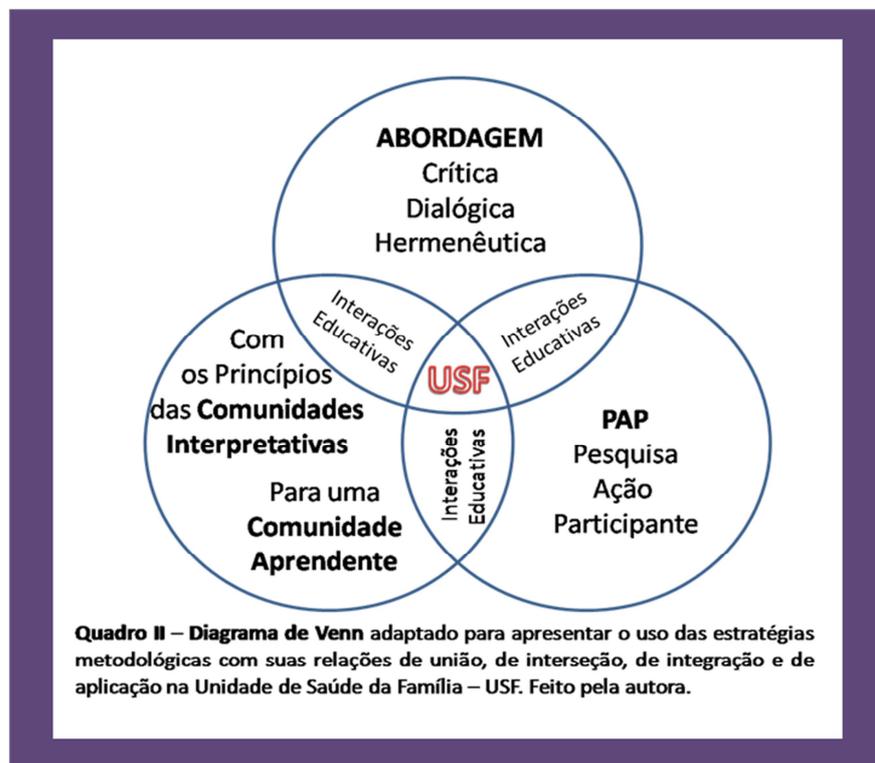
As estratégias teórico-metodológicas utilizadas e possíveis

“Tudo junto ao mesmo tempo agora” foi uma boa expressão popular apresentada por Mauro Guimarães (2008, p. 13) para responder, inicialmente, como se realizou o trabalho de pesquisa. Tudo junto, as interações dialógicas com o pessoal de uma USF e com a população, os encontros com o pessoal da Gerontologia, os momentos com a orientação, com as leituras, os conflitos e crises, algumas superações, celebrações, enfim.

As estratégias metodológicas surgiram no contexto das interações, emergindo uma mistura muito proveitosa em um continuum circular de fazer – refletir – estudar – refletir – dialogar – refletir – fazer novamente, em um ir e vir hermenêutico / dialético / dialógico, a partir das duas hipóteses: (a) a de que a USF pesquisada pudesse vir a ser um lugar de interações dialógicas na perspectiva das comunidades aprendentes; e (b) que as USF, de modo geral, como comunidades adormecidas, talvez, possam despertar verdadeiramente com a práxis, com os princípios das comunidades interpretativas e das comunidades aprendentes, contribuindo para as transformações socioambientais e uma nova ordem social mundial, com o passar do tempo e a aprendizagem permanente.

Então, à práxis investigativa, foram incluídos os outros jeitos de fazer as coisas em um continuum circular, como sugerido no Quadro II:

Quadro I – Diagrama de Venn



A Pesquisa–Ação–Participante (PAP) ou Pessoas que Aprendem Participando (do mesmo modo, PAP) serviu como “coluna vertebral” para o trabalho, porque, para mim, fica praticamente impossível não considerá-la se quisermos atuar com os princípios das comunidades interpretativas, para a lida com a dimensão educativa de uma comunidade aprendente. Numa adaptação feita à síntese do conceito PAP, elaborada por Orlando Fals Borda, em 1983 (encontrada em texto de Moema Viezzer, p. 277-294), essa estratégia pode ser assim descrita:

Trata-se de uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação de *peças de todas as idades*, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana. (negrito meu)

Dentre as interações realizadas naquela Unidade de Saúde da Família, duas delas feitas com um grupo de cerca de 20 pessoas entre 8 e 60 anos podem ser bons exemplos para evidenciar a PAP, pois não só foram concebidas e planejadas pelas/os participantes, como atuaram como organizadoras/es e copartícipes, envolvendo e valorizando a participação dos demais sujeitos, ressignificando os próprios conhecimentos e influenciando, conseqüentemente, a qualidade das interações.

Com relação à estratégia metodológica das comunidades interpretativas, foi possível perceber o encaixe de todas as interações coeducativas nos três princípios dessa estratégia apresentados por Avanzi e Malagodi (2005): 1) o princípio do diálogo, 2) em um espaço comunicativo horizontal e 3) com o esclarecimento das intenções, crenças e expressões dos participantes, tudo isso necessário para que aquela comunidade da USF Jockey Club tivesse maiores chances de “vir a ser” uma comunidade aprendente ao longo do tempo. Foi realizado um total de 30 interações, como havia dito no início deste artigo (AVANZI; MALAGODI, 2005, p. 95).

Para os referidos autores, as Comunidades Interpretativas são representadas como lugares de encontros entre distintas interpretações da realidade para buscar uma compreensão ampliada que não seria possível de maneira individual. Pressupõe um encontro/confronto entre diferentes formas de interpretar e visa reconhecer quais são as preocupações comuns, empenhando-se por encontrar respostas a elas. Isso amplia “a capacidade de articulação entre indivíduos, grupos e movimentos” e favorece “a reinvenção de alternativas de prática social, assim como a legitimação das práticas silenciadas de hoje e de ontem, tendo como ponto de partida a horizontalidade entre diferentes formas de conhecimento” (AVANZI; MALAGODI, 2005, p. 95-97).

Por sua vez, a dimensão educativa das/nas comunidades aprendentes foi se delineando empiricamente também. Segundo Brandão (2005), todos nós somos aprendentes porque somos seres racionais. “Aprendemos com o conviver com os mundos de nosso mundo”, ou seja, se aprende com as pessoas que convivem conosco, que podem ser membros ou não da família nuclear:

aprendemos bem mais do que os simples adestramentos dos animais com quem compartilamos o planeta Terra. Aprendemos não apenas os saberes do mundo natural, mas a complexa teia de símbolos, de sentidos e de significados que constituem o mundo da cultura. (BRANDÃO, 2005, p. 86).

O autor assevera que todo e qualquer momento é, de fato, potencial de aprendizagem. Sendo assim, é preciso reconhecer que a educação se liberta dos muros escolares para ser identificada em todo e qualquer outro ambiente, no dia a dia, com “cada troca de palavras, cada troca de gestos, cada reciprocidade de saberes e de serviços com uma outra pessoa” (BRANDÃO, 2005, p. 86).

Do lar ao círculo mais amplo de parentes e de vizinhos, deles aos pequenos grupos sociais em que vivemos a nossa vida de todos os dias, de um time de futebol a uma igreja, a uma equipe de trabalho, a uma outra, da associação de moradores do bairro, estamos sempre envolvidos em e participando de pequenas e médias comunidades de vida e de destino. De lazer, de vocação,

de trabalho, de participação social. De conviver entre gestos que dão sentido à família, ao grupo, à equipe, mas que cada um a seu modo, são também protagonistas de cenas e cenários do ensinar e aprender (BRANDÃO, 2005, p. 87).

Para o autor, em suma, uma Comunidade Aprendente é aquela que sabe de sua importância e toma para si a responsabilidade pela condução de seu próprio destino ao promover oportunidades para as mudanças de base que estimulem os setores populares da sociedade. De uma forma simples, mas nem por isso menos consistente, Brandão (2005) não deixa dúvidas de que a “dimensão educativa” esteja sempre presente, ainda que latente, eu acrescentaria. Para ele, “estamos sempre, de um modo ou de outro, trabalhando em, convivendo com ou participando de unidades sociais de vida cotidiana onde pessoas aprendem ensinando e ensinam aprendendo” (BRANDÃO, 2005, p. 88).

Todavia, essa dimensão pode não ter ficado clara para todas/os coparticipantes, creio que em função do tempo limitado ao desenvolvimento da investigação. Não há dúvidas de que é preciso mais tempo para conseguir o envolvimento e o engajamento das pessoas e para que uma Comunidade Aprendente tenha mais chances de “sobrevivência” depois do tempo da pesquisa. A variável “tempo” é inquestionável e muito particularmente para os diálogos entre gerações e a coeducação para a sustentabilidade, tendo em vista a sua complexidade e o necessário sentido de permanência dessas comunidades para que uma coletividade possa assumir e vivenciar conjuntamente esse desafio e protagonizar sua autonomia. Contudo, no rigor do entendimento proposto por Brandão (2005), é possível dizer que a USF foi considerada, desde o princípio, como uma semente de comunidade aprendente.

Para a abordagem crítica, dialógica, e hermenêutica, no campo da educação, segundo Loureiro (2005), “as metodologias que classicamente expressam uma perspectiva crítica em geral são as de cunho participativo (pesquisa-ação-participante, pesquisa-participante, investigação-ação, investigação-militante etc.)”. No Brasil, estas variações se traduziram na utilização intensa da Pesquisa Participante, tradicionalmente vinculada à educação popular, e na PAP, denominação comum entre educadores ambientais. Além disso, o método dialético, tal como utilizado na Teoria Crítica, se manifestou nas tendências pedagógicas denominadas de “pedagogia crítica” e de “pedagogia freiriana”, dentre outras de cunho libertário (LOUREIRO, 2005, p. 328).

Ao navegar com os saberes freirianos, entendo que algumas das premissas apontadas por Loureiro (2005) balizaram todas as interações educativas, como, por

exemplo, deixando claro aos copartícipes que teoria e prática andam juntas e que não há como separar o fazer científico dos valores culturais. Também foi feito um esforço consciente de colocar em palavras simples a premissa de que “a ciência crítica é revolucionária”, com o objetivo de “superar a dicotomia sujeito-objeto e a mercantilização da vida”, e que aspectos e fenômenos devam ser analisados “a partir de uma determinada interpretação”. Isso porque “a ciência crítica se faz partindo do princípio de que nada, nenhum fato ou fenômeno é compreensível em si mesmo, mas somente em relações, formando uma totalidade complexa” (LOUREIRO, 2005, p. 327).

Para a estratégia dialógica, coerente à fundamentação teórica freiriana, a qual basilou a pesquisa, Logarezzi (2010) afirma que o qualificativo “dialógica” indica “que no fundamento do processo educativo estão a incompletude humana e a tomada de posição frente ao real”, como ciência do ser e como alicerce para a educação, bem como, nesse mesmo processo, está manifesto o diálogo “como capacidade humana mediadora do processo de se educar e de se refazer no mundo e com as outras pessoas”. Diálogo este que se manifesta “entre sujeitos dispostos à humanização e à coerência entre o que se faz e o que se fala cotidianamente” (LOGAREZZI, 2010, pp. 13 e 14).

Quanto à hermenêutica, sinto-me tranquila para argumentar que as atividades foram pensadas e realizadas dentro da proposta dos diálogos intergeracionais sobre sustentabilidade também a partir dessa concepção. Isso porque implicou desenvolver o trabalho desde o início à luz da “interpretação e da compreensão”, agora resumindo muito um conceito bastante difícil de ser apreendido. Há um precioso esforço dos autores Carvalho e Grun (2005) para desvelar alguns dos véus contidos na palavra hermenêutica. E, para isso, lançam mão de saberes do campo filosófico e de Gadamer, em particular, o qual afirma que:

a hermenêutica é tão antiga quanto a filosofia. É traduzida em vários dicionários como “a arte ou a técnica da interpretação”. Tem uma origem mitológica no deus Hermes, deus mensageiro que é quem lida com o significado. Ao longo dos séculos desenvolveram-se várias hermenêuticas. Hermenêutica jurídica, Hermenêutica teológica e a hermenêutica filosófica” (CARVALHO; GRUN, 2005, p. 177).

Posso dizer, então, que a linguagem é a “senhora toda poderosa” do fazer hermenêutico, usando de metalinguagem para tentar explicar melhor. Isso porque é a partir dela que se interpreta e se compreende o mundo.

Para Carvalho e Grün (2005), a linguagem é o meio no qual circula a experiência dialógica. Eles afirmam que a hermenêutica trata “de evidenciar os horizontes de

sentidos histórico-culturais que configuram as relações com o meio ambiente para uma determinada comunidade humana e num tempo específico”, e, com ela, é possível abandonar “um conceito realista ou naturalista de meio ambiente, onde este é reduzido às suas condições e leis físicas de funcionamento”. Nesse sentido, a EA “enquanto uma prática interpretativa que desvela e produz sentidos, estaria contribuindo para a constituição de um horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza” (CARVALHO; GRUN, 2005, p. 180).

Para Hupffer (2011), o filósofo Gadamer foi categórico ao dizer que é preciso “aprender as virtudes da hermenêutica”, pois, “se não reconhecermos que se trata, em primeiro lugar, de compreender o outro como ser-no-mundo e ser-com-mundo”, não será possível caminhar no sentido da “solidariedade global em benefício da natureza e da vida humana no planeta” (HUPFFER, 2011, p. 117).

Por fim, a revisão bibliográfica foi fundamental para compreender um pouco a complexidade contida nas palavras que localizam a pesquisa, além das estratégias metodológicas. Sobremaneira contribuiu ao entendimento da sustentabilidade como resultado de um continuum dialógico inter e intrageracional, responsável por forjar novas comunidades que reflitam a re-humanização e outro mundo, sustentabilidade esta abrigada por um tecido social plural e materializada nas variadas comunidades de viventes. Entretanto, me sinto na obrigação de dizer, também, que são conceitos de largo espectro e que ainda precisam e devem ser mais bem explorados nesse conjunto.

Conclusões inconclusivas. E para seguir adiante talvez...

Seguindo com a arquitetura da educação socioambiental crítica, capaz de revolucionar o modo de intervir significativamente com/na realidade, com o objetivo de criar outros modos de vida que gere, a princípio, inclusive um conflito de expectativas, algo vivenciado nas interações realizadas, na medida em que não se apresenta prescritiva, com receituários de novos modelos comportamentais. Mas que provoque, acima de tudo, a abertura para o novo, com uma postura dialógica e propositiva, voltada ao acolhimento de quaisquer diferenças, incluindo a idade, e a partir da problematização da realidade.

Com a ressignificação do diálogo, passo a passo, tivemos a intergeracionalidade como um ingrediente muito especial, o que seria, sem dúvida, o elemento estruturador

de novas experiências de comunidades aprendentes com o objetivo de construir sociedades sustentáveis, cujas identidades sejam evidentes através da equidade, da justiça e da solidariedade, da qualidade das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas, além do respeito aos direitos humanos fundamentais e aos direitos de todos os demais seres vivos, e da paz em todo o Planeta.

Considero que a investigação naquela USF teve o propósito de semear esse processo de ressignificação do diálogo, mas dependerá de novas intervenções, quer sejam animadas por novas pesquisas acadêmicas interdisciplinares no campo da Gerontologia, da Educação Ambiental e de outras áreas de estudo que estão presentes em uma unidade de saúde, quer sejam animadas por iniciativas no campo da educação popular, promovidas, frequentemente, por instituições não governamentais. Decerto, as impressões das interações educativas intergeracionais realizadas ali acenam positivamente para essa possibilidade.

Contudo, permanece o desafio para estabelecer um espírito coletivo, por assim dizer, no qual seja prioritário o respeito para com os saberes inquestionáveis das pessoas “mais velhas”, e para que o diálogo tenha maiores chances de emergir para a reconstrução desses saberes em um local onde ficaram evidentes as diferenças socioeconômicas e culturais. No caso da USF trabalhada, notam-se dois grandes conjuntos distintos, não há dúvida: as cuidadoras de jaleco branco, que estudaram e “sabem” dar atenção aos usuários, e as “pessoas carentes” em múltiplos sentidos, pertencentes às classes econômicas menos favorecidas, que precisam de cuidados especiais.

Para as intervenções que envolvam a intergeracionalidade, agrega-se à complexidade das diferenças socioeconômicas e culturais o enfrentamento de aspectos específicos, como preconceitos e estigmatizações atribuídos a quaisquer gerações, não necessariamente ligados a uma dada classe socioeconômica. E é certo, também, que para a velhice há um agravamento típico das sociedades que supervalorizam as gerações jovens, como o Brasil, diferentemente de sociedades com menores índices de crescimento demográfico, por exemplo, onde é possível ver a presença não só da população idosa nas ruas, quanto de pessoas inseridas no mercado de trabalho, que estão na faixa de idade madura, como algumas cidades européias.

Depreende-se dessa experiência investigativa, ainda, que é necessário seguir adiante com o exercício coeducativo inserido no contexto dos diálogos intergeracionais

nos mais variados espaços educadores, a fim de ampliar e potencializar as ações educativas socioambientais em práticas de educação popular, por exemplo, tanto em nível formal, informal ou não formal, como escolas, centros comunitários, salas de educação de jovens e adultos (EJA), agremiações de caráter religioso, etc., procurando acolher as diferenças e não permitindo que a idade seja um empecilho ou estorvo. Pelo contrário, fazendo uso da recuperação, da valorização e da ressignificação da memória e da história oral, para o enraizamento dessas ações. Afinal,

[...] ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiência respeitosa da liberdade (FREIRE, 2002, p. 67).

Mas será preciso levar em conta, a dimensão do tempo. Isso porque só este “Senhor dos Universos” pode fazer alguma diferença ao longo do tempo na solução dos conflitos e no desenvolvimento da afetividade nesse processo, nas relações eu-tu e eu outro, qualquer outro ser vivo, implicando mais significadoras ações afetivas com o meio ambiente, em contraponto às relações utilitárias dos recursos naturais. E porque esse mesmo Senhor Tempo tem dado sinais de urgência para uma transformação de base, ou seja, nas estruturas socioeconômicas das sociedades e não apenas nas suas bordas

Mais tempo para seguir com a práxis no caminho que nos levará à Sustentabilidade, a algum equilíbrio e estabilidade, com os princípios do cuidado, da precaução e da prevenção. Porque Sustentabilidade é “tudo”, afinal, como bem resumiu aquela participante. A partir do texto coletivo apresentado no Quadro I, foi possível construir uma simples definição desse conceito, também como resultado intergeracional dessa investigação. Algo que, talvez, eu não fosse capaz de construir sozinha com palavras simples e uma frase curta: *Sustentabilidade é tudo vivendo em harmonia e em equilíbrio, essenciais para uma vida feliz, com qualidade e na observância dos direitos fundamentais à Vida, e a tudo que seja necessário à permanência dos seres vivos, humanos ou não, na face da Terra.*

Para muitas/os copartícipes, ficou claro que a sustentabilidade não é algo determinado, pois da forma como vínhamos pensando e sentindo, trocando e refletindo essa troca, a Sustentabilidade estará sendo esse tudo sempre, exigindo a percepção de que estamos inseridas/os em contextos problemáticos e desafiadores, numa arena de

disputas que envolvem os poderes da economia e da política, em cujos cenários somos ou nos tornamos agentes ou pacientes a depender de como encaramos e reagimos às diferentes leituras, com seus vieses ideológicos, da crise civilizatória na qual vivemos. Até porque, nas palavras de Papa Francisco, “não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (inciso 139)”⁶.

A íntegra da narrativa da Pesquisa está sendo revisada para publicação em forma de Ensaio em português e espanhol.

⁶Disponível em [Carta Encíclica Laudato Si](#) acesso em junho de 2016.

Quadro I

O que pode ser Sustentabilidade

É possível dizer que sustentabilidade é tudo vivendo em harmonia e em equilíbrio dinâmico que ofereça condições para uma vida feliz e com qualidade a todos os seres humanos, observando os direitos fundamentais, como para a alimentação, saúde, educação, trabalho e moradia. Faz referência ao mundo em que vivemos e às coisas necessárias para a nossa sobrevivência, e por isso é importante cuidar e preservar, sendo mais responsável pelo bem-estar e por uma vida mais saudável.

Nesse sentido, a saúde é o bem maior; e o ato de zelar, próprio do humano, na atenção e preocupação para consigo mesmo e para com os outros. Saúde é algo que interliga tudo o que fazemos, sentimos e comemos, e quando alguma dessas vertentes vai mal, há falta de harmonia dos aspectos físicos, biológicos, psicológicos e sociais, comprometendo o bom funcionamento do organismo e a autonomia do indivíduo.

Sustentabilidade é tudo e todos que nos cerca e implica a sustentação e o cuidado para com o local em que estamos e as coisas que estão ao nosso redor, o ambiente inteiro e tudo o que compõe o espaço físico e o território. Nesse caso, faz referência ao local onde todos os seres vivos habitam e retiram o seu alimento para a sobrevivência, que provê oxigênio, alimentação básica e qualidade de vida, quando não há ações ruins humanas. Mas, tudo indica, não estamos cuidando devidamente de nosso Planeta, tornando exíguos os recursos naturais disponíveis no meio ambiente.

A sociedade atual é muito consumista, atendendo aos interesses do sistema capitalista. Consumo pode ser entendido como o uso de um bem, serviços e recursos, que deve suprir uma necessidade do indivíduo ou família. Como, por exemplo, o consumo útil ou exagerado de alimento, energia, água, roupas e eletrodomésticos. Consumir é preciso, mas apenas o necessário, pois sua falta (por exemplo, a falta de acesso a recursos como água e luz) ou o excesso de consumo são prejudiciais. Neste sentido, o ato de consumir produtos e serviços precisa ser urgentemente revisto se quisermos mais tempo de VIDA para o planeta Terra.

O envolvimento das pessoas e o exercício coletivo podem ser mais interessantes e efetivos para enfrentar esse problema, uma vez que a participação comunitária é imprescindível para se alcançar a almejada sustentabilidade. A adesão e a participação das comunidades, assim como as sugestões e o engajamento das pessoas para o bem comum, podem fazer aquela diferença, onde as opiniões e as ações são solidárias.

É certo que o envolvimento das comunidades para o planejamento de ações e atividades voltadas à preservação do local depende da vontade e da disponibilidade de cada indivíduo. E essa disposição ainda é mínima, infelizmente, mas isso vem mudando, pois é muito importante para quem participa e para o beneficiário, proporcionando bem-estar e suporte social e emocional. Faz bem para o indivíduo, para o coletivo e ao ambiente. E, talvez por isso mesmo, o exercício coletivo seja fundamental para que as ações se fortaleçam, floresçam e se multipliquem.

Sustentabilidade tem a ver, afinal, com o cuidado, num amplo sentido de entendimento da palavra. O cuidado é tão elementar quanto imprescindível, seja nas ações, na fala ou com outrem e com o meio ambiente, na doação de algo ou do tempo e atenção de alguém. O cuidado com a saúde – que não quer dizer ausência de doença – significa, acima de tudo, também observar, proteger e preservar o meio ambiente, na perspectiva da promoção das condições de vida humana, com boas condições ambientais, cujas preocupações e atenção favoreçam e resulte qualidade de vida e desenvolvimento integral para todos os seres vivos, humanos e não humanos, numa cultura do cuidado essencial para com a Vida na Terra.

Quadro I – Texto Coletivo de pessoas entre 20 e 50 anos, coparticipantes da pesquisa de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos - CRHEA/USP, realizada por Isabel G. Patronis Dominguez, em 2013. O texto poderá ser utilizado como fragmento gerador de novos diálogos e reflexões sobre o tema, mantendo a fonte.

REFERÊNCIAS

AVANZI, Maria Rita; MALAGODI, Marco As. **Comunidades interpretativas**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Encontros e caminhos I. Ministério do Meio Ambiente/Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 93-102. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: tentativa de definição**. Artigo publicado em 15 de janeiro de 2012. Disponível em <https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>. Acesso em 20 de junho de 2016.

BRANDÃO, Carlos R. **Comunidades aprendentes**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz A. Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente/Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 83-91. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

CADERNOS DO CESCAR – Educação Ambiental – Caderno 1 - **Os fundamentos e as políticas públicas de Educação Ambiental na constituição do Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região** – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011. Organizado por Haydée Torres de Oliveira, Silvia Aparecida Martins dos Santos, Isabel Georgina Patronis Dominguez e Edna Kunieda. – São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1849495/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_1 . Acesso em 20 de junho de 2016.

CADERNOS DO CESCAR – Educação Ambiental – Caderno 2 – **Metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2001– 2008)** – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011. Organizado por Silvia Aparecida Martins dos Santos, Haydée Torres de Oliveira, Isabel Georgina Patronis Dominguez e Edna Kunieda. – São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011. Disponível em : http://www.academia.edu/1849486/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_2 . Acesso em 20 de junho de 2016.

CADERNOS DO CESCAR – Educação Ambiental – Caderno 3 – **Sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando (2007– 2008)** – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011. Organizado por Isabel Georgina Patronis Dominguez, Edna Kunieda, Sara Monise de Oliveira, Natália Salan Marpica, Silvia Aparecida Martins dos Santos e Haydée Torres de Oliveira. – São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1849497/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_3 . Acesso em 20 de junho de 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; GRUN, Mauro. **Hermenêutica e educação ambiental**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente/Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 175-187. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

COSTA LIMA, Gustavo Ferreira da. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28185> . Acesso em 20 de junho de 2016.

FERRIGNO, José Carlos. **Co-educação entre gerações**. Petrópolis, RJ: Vozes; SP: SESC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática Educativa**. Publicação Original: 1996. Ano de Digitalização: 2002. Disponível em http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338 . Acesso em 20 de junho de 2016.

_____. **Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_da_esperanca.pdf. Acesso em 20 de junho de 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012 (Série Unifreire; 2). Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3080/1/FPF_PTPF_12_077.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

GRAJEW, Oded. O que é (e o que não é) Sustentabilidade, **Jornal Folha de SP**, em 7/05/ 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-e-o-que-nao-e-sustentabilidade/#.V2QusrvhDI>. Acesso em 20 de junho de 2016.

GUIMARAES, Mauro (org). **Caminhos da Educação Ambiental**. Da forma à ação. 3º Ed. Papirus Editora, 2008.

HUPFFER, Haide Maria. Degradação ambiental e consciência da história efetual: contribuições de Hans-Georg Gadamer ao diálogo intergeracional. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 131, p. 109-119, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13722/8989>.

LADEIRA, Francisco Fernandes. A Espetacularização da Realidade, **Jornal de Debates do Observatório de Imprensa**, 2015, edição 854. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-espetacularizacao-da-realidade/>. Acesso em 20 de junho de 2016.

LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. **Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica**. In: Reunião Anual da ANPED , 33, 2010, Caxambu, RJ: Anped, 2010, p. 13-14. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT22-6130--Int.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Teoria Crítica**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos

educadores. MMA/Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 323-332. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf . Acesso em 20 de junho de 2016.

OLIVEIRA, Sara Monise de. In Cadernos do Cescar – Educação Ambiental – Caderno 3 – **Sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando (2007– 2008)** – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011. Organizado por Isabel Georgina Patronis Dominguez, Edna Kunieda, Sara Monise de Oliveira, Natália Salan Marpica, Silvia Aparecida Martins dos Santos e Haydée Torres de Oliveira. – São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1849497/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_3_. Acesso em 20 de junho de 2016.

FRANCISCO, Papa. **CARTA ENCÍCLICA LAUDATO SI' DO SANTO PADRE FRANCISCO SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM**. Libreria Editrice Vaticana (2015). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html . Acesso em 19 de junho de 2016.

RUFANGES, Jordi Calvo Rufanges. **El Foro Social Mundial: qué es y cómo se hace** (Julio 2007, p. 9). Disponível em: <http://www.comitesromero.org/lleida/jornadas/documentos/viernes4juliodocumentos/elfsmqueesycomosehacejordi%20calvorufanges.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2016.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. In: II jornada internacional de educação ambiental 2008 – 2012. Versão em português, acesso abril de 2016. Disponível nos arquivos do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf . Acesso em 20 de junho 2016.

VIEZZER, Moema L. **Pesquisa-ação-participante (PAP)**. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz A. Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Ministério do Meio Ambiente/Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 277-294. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf. Acesso em 20 de junho de 2016.

WHITAKER, Dulce C. Andreatta. **Envelhecimento e poder. A posição do idoso na contemporaneidade**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2007.